



**O Naturalista Domingos Alves Branco Muniz Barreto no Império Botânico Colonial: uma análise de aspectos da produção científica de um autodidata da Filosofia Natural na Bahia Atlântica (1968-1808).**

RODRIGO OSÓRIO PEREIRA<sup>1</sup>

A expansão imperial moderna na Europa foi acompanhada pela sistematização de saberes sobre a paisagem dominada. Em cada nova vereda mercantil aberta no atlântico, os saberes estavam em sintonia com as diferentes estratégias de dominação adotadas.

A “revolução científica” do século XVII e o iluminismo setecentista ofereceram os marcos de estímulo aos circuitos de poder imperiais – dentro e fora da Europa – os quais não pouparam esforços no desenvolvimento da História Natural como instrumento de poder e tecnologia do Estado Moderno. Nesse contexto, tais saberes permitiram o conhecimento sobre o meio natural com vistas à potencialização da exploração de seus recursos e como veículo de fortalecimento do poder das coroas e do capital mercantil europeu. (DRAYTON, 2000).

O mundo natural era assim objeto da história natural – ou filosofia natural como preferiram os portugueses. Dentro desse grande campo científico saíram algumas das ciências que mudaram a paisagem científica do século XIX, como a botânica. Já destacada nos marcos do naturalismo luso-brasileiro, era destinada ao estudo e catalogação de plantas, árvores, cascas, raízes, sementes, ervas e outras formas de vida vegetal. A botânica colonial destacou-se como uma das ciências mais importantes no final do século XVIII. (PEREIRA, 2016).

Elaborada sistematicamente dentro do engenhoso circuito do naturalismo lusitano, a botânica contribuiu para a reorganização das relações entre o poder político, o conhecimento sobre o meio natural e suas aplicações técnicas a serviço dos interesses da coroa portuguesa. Dentro dessa perspectiva, a botânica deve ser tratada como mais um agente do império ultramarino português, atuando como *instrumento* de dominação das

---

<sup>1</sup> Doutor em História (UFMG/MG) e professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. E-mail: rodrigohistoria1983@gmail.com.



vastas regiões coloniais a partir do inventário de suas potencialidades naturais. (GASCOIGNE, 1998).

### **O contexto ilustrado do naturalismo em Portugal**

Como efeitos imediatos das reformas pombalinas, as décadas 1760 e 1770 vivenciaram as maiores transformações na área educacional em Portugal e com desdobramentos no ultramar colonial. Em 1768, chegou em Portugal os integrantes da “Missão Italiana”, grupo de referendados naturalistas a convite de Pombal como parte de uma empreitada maior de modernização do ensino, que rompeu com a escolástica e aproximou-se dos marcos da ilustração.

A contratação dos paduanos Domingos Vandelli (1735-1816) e Giovanni Dalla Bella (1728-1820) para a supervisão da construção da obra do Museu e Jardim da Ajuda, em 1768, indica um passo importante nos quadros ilustrados da mentalidade portuguesa para a afirmação de um espaço institucional que pudesse, nas palavras de Vandelli, “conservar as amostras das produções das colônias que se analisarão e experimentarão”.<sup>2</sup> Como já apontou João Brigola, a respeito das principais funções dos novos museu e jardim temos a “publicação de uma História Natural das Colônias, objetivo que ganhará compreensível consistência quando, depois de 1777, os primeiros naturalistas formados em Coimbra chegarem à Ajuda para aí receberem treino profissional para as missões filosóficas ultramarinas”. (BRIGOLA, 2000: 114).

A tradicional Universidade de Coimbra passou por uma profunda reforma de seus Estatutos em 1772 capitaneada pelo Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o que ofereceu aos novos estudantes uma formação pautada na razão, no ensino prático e enormemente influenciada pela história natural. Com um novo projeto progressista que aliava ensino e pesquisa, as “viagens filosóficas” passaram a ser utilizadas como método privilegiado de formação e ação de Estado.

---

<sup>2</sup> Relação da origem..., *Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Maço 444.*



Com a fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa em 1779, os quadros científicos no Reino alcançaram grandes possibilidades. Essa instituição teve papel central no reformismo ilustrado praticado na paisagem colonial e foi responsável por agremiar a produção científica e a realizar a sua socialização no império. A fundação da Academia de ciências de Lisboa foi tão importante para o naturalismo em Portugal que podemos dividir a história do “complexo da Ajuda”<sup>3</sup> em dois grandes momentos. O primeiro é o período 1768-1779, que vai desde o início de sua construção até 1779, com a fundação da Academia Real de Ciências de Lisboa e; o segundo momento se vai de 1779 a 1807, quando houve a constituição de uma comunidade científica portuguesa delineada numa rede estabelecida entre Lisboa (a partir do complexo d’Ajuda e da Academia de Ciências), Coimbra (Universidade) e o vasto horizonte ultramarino explorado pelas viagens e pela ação de incontáveis funcionários em diversos pontos de além-mar. (MUNTEAL FILHO, 1998).

O complexo da Ajuda se transformou no centro natural de todo o mundo português. Funcionários de várias partes do mundo enviavam coleções e amostras para o seu Jardim, que passou a assumir a função de um grande celeiro de espécies úteis a Portugal. A experiência do Jardim da Ajuda estava profundamente integrada com sua rede ultramarina de trocas de elementos naturais, constituindo-se num espaço privilegiado da botânica, *locus* de institucionalização e aprimoramento de uma episteme própria.

Delineado o processo de institucionalização da filosofia natural em Portugal, trataremos agora de um baiano funcionário-naturalista inserido nessa rede de colaboração filosófica.

### **Domingos Alves Branco Muniz Barreto**

Filho de uma família portuguesa radicada em Salvador, onde provavelmente nasceu no ano de 1748, filho de um Capitão de Infantaria com nome homônimo e de Dona Mariana da Glória Muniz Barreto, Domingos Alves Branco Muniz Barreto teve 04 irmãos. Dois se encontravam em Lisboa e dois na Bahia, mas só restaram registros dos irmãos

---

<sup>3</sup> Expressão cunhada por (BRIGOLA 2000).



baianos. Sem dados seguros sobre sua formação inicial, provavelmente feita por professores particulares em Salvador, Muniz Barreto demonstrou, ao longo de sua ampla produção, uma formação ampla, humanística, eclética e orientada para a manifestação de suas posições políticas. (DELERUE, 1998).

Ingressou na carreira militar aos 25 anos em 1773 como cadete do Exército ainda na Bahia. Teve uma longa, sinuosa, mas bem sucedida trajetória nesta instituição, se aposentando em 1830 como Tenente General, repleto de honrarias, e com longa atuação no Rio de Janeiro, onde faleceu em 19 de Junho de 1831. Como militar, viajou demasiadamente pela América Portuguesa e pôde acumular observações importantes sobre o momento de transição da Colônia para Império e depois a independência, momento em que teve destacado papel político.

Autodidata confesso na filosofia natural portuguesa,<sup>4</sup> realizou diversas observações naturais, as mais conhecidas na Comarca dos Ilhéus, se tornou sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa e se destacou no trato da questão indígena na Capitania da Bahia, onde elaborou um de seus principais documentos, o “Plano sobre a Civilização dos Índios” (MUNIZ BARRETO, s/d.). Foi ocupando este imbricado lugar de funcionário-naturalista, que o então Capitão de Infantaria do Regime dos Extremos elaborou uma ponte entre o enciclopédico conhecimento indígena sobre a flora local e o mundo filosófico europeu. (FARIAS, 2010).

Autodidata na filosofia natural, mas leitor de Pison (1611-1678), Buffon (1707-1788) e Lineu (1707-1778), crítico das metodologias hegemônicas do naturalismo do velho mundo, profundo conhecedor de uma das Comarcas com maior potencial botânico do Reino e com uma interessante formação ilustrada-militar, Muniz Barreto é um dos personagens mais singulares do naturalismo luso-brasileiro do final do século XVIII. Vejamos alguns aspectos.

---

<sup>4</sup> Em pesquisa realizada sobre os ficheiros de Coimbra, (BOSCHI, 1994) identificou um Domingos Alves Branco, que teria nascido na Bahia (não foi encontrado referência à data de nascimento) e supostamente teria se formado em Direito, em 1792. Embora com os mesmos primeiros três nomes, o nome deste estudante não está coerente com a forma como o capitão, aqui em questão, foi registrado nos ficheiros de seu filho, Joaquim Anselmo Alves Branco Muniz Barreto, nascido na Bahia em 1765 e formado em Direito, em 1797. Tampouco condiz com o período de atuação profissional na Capitania da Bahia, o qual já em 1792 atuava na Fortaleza do Morro de São Paulo, inclusive realizando estudos endereçados ao trono, o que nos faz crer que tal nome seja referente a mais um de seus parentes.



## Os estudos botânicos na Comarca de Ilhéus

Em 1792, em meio a uma licença de seu posto militar, Muniz Barreto foi encarregado de se dirigir à Ilha de Quiepe – situada em frente à Baía do Camamu, território ao sul do recôncavo baiano para dissipar a maior sublevação indígena já registrada nesse território. Cerca de 2000 pessoas<sup>5</sup>, de diferentes localidades, estavam refugiados nesta localidade quando o militar – disfarçado de naturalista – ali aportou. Acompanhado de alguns indígenas e divulgando seu interesse pela ciência, Muniz Barreto se aproximou das lideranças e em pouco tempo conseguiu convencê-los a retornar ao continente sob sua proteção. Ainda estão pouco evidentes os termos dessa negociação, mas como fruto dessa viagem, o baiano produziu dois ricos documentos, um de tom mais político dirigido à Coroa e outro com natureza acadêmica direcionado à Academia Real de Ciências de Lisboa.

O texto revela aspectos da singularidade da produção natural de Domingos Alves Branco Muniz Barreto, que a partir de sua trajetória como autodidata na Filosofia Natural barganhou/reelaborou o projeto das centrais de cálculo européias para a América portuguesa. Ao finalizar sua memória à academia de Lisboa, o capitão dissimula afirmando que apesar de seu texto estar repleto de “irregularidade, mistura, e confusão” e apresentar um estilo “muito alheio da ciência ainda de um mediano naturalista”, seguiu justificando o potencial de suas contribuições e até mesmo elaborou algumas críticas aos parâmetros da ciência no Reino.<sup>6</sup>

Como exemplo, podemos observar o uso de termos indígenas na classificação de plantas:

Fiz também toda a possível diligência nestes matos, para descobrir a árvore que dá o fruto de que trata Pison, a respeito do Brasil, na sua história natural, dando-lhe o nome de *andá* pelo qual é inteiramente desconhecido dos Índios, e por eles seriam mal dadas todas as indagações, se eu me não tivesse prevenido de levar em minha

<sup>5</sup> Cálculos realizados por (MOTT, 2010).

<sup>6</sup> Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 33.



companhia uma fruta, pela qual conhecendo os índios o que eu procurava, me asseveraram que entre eles era conhecida por *sapécuera*, e que agora não era a estação própria de recolher, e me disseram as havia muito mais adiante do sítio a que pude chegar, podendo somente adquirir os que vão à boceta N. 15, que foram colhidas no ano anterior.<sup>7</sup>

Ao justificar a “falta de termos próprios de que usam na sua linguagem os naturalistas ex professo”, Muniz Barreto sugeriu à Academia deixar “de parte este obstáculo”, não só disfarçando como permitindo seu uso, de modo que isso possibilitasse “que todos entendessem o que lessem, que todos pudessem escrever o que vissem e descobrissem e que todos pudessem pedir o que necessitassem”. Segundo o Capitão, a introdução desta nova regra na prática científica da Academia “faria estender mais o comércio, e adiantar a indústria”.<sup>8</sup>

Ao solicitar que se deixasse de lado a preocupação com os termos técnicos, Muniz Barreto estava ainda, ao mesmo tempo, criticando a natureza restrita e fechada do campo científico ligado àquela instituição, bem como demonstrando na prática a possibilidade de realização de estudos que atendiam aos mesmos fins da Academia e com linguagem mais acessível. Não por acaso, a preocupação com a abertura da prática científica para permitir a contribuição de “curiosos”<sup>9</sup> partia de um auto-didata no campo da história natural.

Vale ressaltar que um traço importante na produção local produzida pelos naturalistas baianos foi a adequação de sua ciência com suas realidades coloniais. Tanto a definição dos temas de estudo eram indicativo daquilo que consideravam ser uma prioridade para o desenvolvimento como a adequação de nomenclaturas, as quais incorporaram usos corriqueiros da linguagem indígena no tratamento das coleções naturais.

A capacidade com que Muniz Barreto conseguiu se apropriar de parte dessa “zona de fronteira”<sup>10</sup> entre o mundo indígena e o colonial pode ser associada à sua atribuição militar

---

<sup>7</sup> Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 25.

<sup>8</sup> Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 33.

<sup>9</sup> O termo aparece na Memória de Muniz Barreto para designar aqueles que, mesmo não tendo formação acadêmica, se dedicavam aos estudos de história natural. Há muitos indícios pela documentação desse período de que a história natural despertou interesse em muitos tipos sociais que, seja por distração ou com alguma finalidade prática, a praticaram.

<sup>10</sup> Cf. (PRATT, 1999).



com a questão indígena na Bahia. Sua responsabilidade acabou contribuindo, sobremaneira, para a singularidade da produção e das idéias botânicas desse ilustrado militar. Esse reconhecimento das habilidades indígenas o motivaram a incorporar suas práticas e saberes, tornando sua ciência uma prática bem adaptada à sua realidade colonial. Nas palavras de Vera Regina Beltrão Marques,

Os saberes dos ameríndios continuavam valendo para os naturalistas do século XVIII, tanto quanto haviam sido úteis para os viajantes e colonizadores fazerem suas descrições no século XVI e XVII. Identificando as plantas medicinais e alimentares, os indígenas forneciam o conhecimento básico para o início dos estudos de História Natural em terras do Brasil. Como ‘mais entendidos’, localizavam as plantas e sementes para serem descritas e classificadas. Contavam, pois, os naturalistas dos fins dos setecentos com os saberes dos habitantes da terra e as velhas descrições e utilidades das plantas elaboradas no Quinhentos e Seiscentos por curiosos colonizadores e viajantes. (MARQUES, 1999: 116).

A mediação dos saberes indígenas e os pressupostos da ciência moderna está na base do método adotado pelo capitão naturalista. Seja como parte estruturante de suas viagens ou como sujeitos ativos na obtenção de informações para sua Filosofia Natura, a presença indígena em seu cotidiano de viagens era marcante. Como relatou em sua memória, assim que chegou à Vila de Santarém, procurou “conhecer os índios que fossem mais famosos em conhecimento de ervas medicinais (...) cujos conhecimentos tem pela experiência dos seus antepassados”. Em outra passagem se referindo à mesma Vila, o capitão informou ainda que,

nela procurei certificar-me de um índio de avançada idade e que por isso me não pôde acompanhar. E com muita inteligência e experiência daquelas ervas, de quanto me asseveraram aqueles índios, cuja verdade ficou bem indagada. Porque por cada uma das estampas me foi dando os mesmos nomes e préstimos de que eu já tinha feito lembrança, só com a diferença de que, em algumas, pela *maior experiência* aumentou ele as suas virtudes.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 16. Grifo nosso.



Em outro trecho, relata que alterou sua rota de viagem por ter tomado conhecimento que, na aldeia dos índios de São Fidelis, a uma légua e meia de onde se encontrava, os índios ali residentes eram bastante conhecedores das “ervas medicinais”. Ao procurá-los, o capitão ficou “muito satisfeito”, pois o regente do aldeamento lhe recomendou seis índios, “os mais experientes ervolários para me darem notícia de todas as frutas silvestres”. Segundo ele, aqueles homens teriam lhe mostrado “muitas ervas, que eram as mesmas que tinha estampado na ilha de Quiepe”, concordando com eles “a respeito das virtudes”, pois conferiu com as informações que os índios daquela ilha lhe deram. As mesmas conferências foram realizadas na povoação de Una.<sup>12</sup>

Mas nem sempre as informações coletadas eram semelhantes, o que levou o naturalista a refletir a respeito. Nas proximidades da Vila de Cairú teve “notícias que em uma das casas daquela vizinhança, havia um homem pardo de idade de 80 anos” provavelmente de fora, mas que ali vivia “perto de 40 anos de curar os moradores daquele círculo com ervas medicinais”. Nesse contato, o naturalista refletiu sobre a possibilidade dos conhecimentos transmitidos sobre as ervas na região terem assumido elaborações específicas para cada grupo indígena, uma vez que muitas espécies eram utilizadas em regiões e grupos diferentes para fins também diferentes. Como ficou evidenciado em uma de suas passagens, o naturalista perguntou “a respeito das virtudes” das plantas e viu que alguns índios diferiam em suas respostas, o que levou o capitão à “conjecturar que além daqueles préstimos, já sabidos, ainda restavam alguns outros”.<sup>13</sup>

Utilizando-se da “experiência de seus antepassados”, o naturalista serviu-se dos saberes transmitidos, de geração a geração, através de fortes tradições orais e experiências cotidianas de uso dos recursos naturais. Nessa intersecção teórico-prática de saberes, o capitão tendeu a valorizar os conhecimentos indígenas no nível prático de seus usos, mas não deixou de os deslegitimar no âmbito dos padrões da ciência produzida na Europa ilustrada. (CHAMBERS; GILLESPIE, 2001)

Se no uso de nomenclaturas e nas adaptações dos modelos taxonômicos, a produção naturalística de Muniz Barreto apresenta aspectos de singularidade, no que diz respeito aos

<sup>12</sup> Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 24.

<sup>13</sup> Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 20-21.



seus métodos de confecção de estampas não é diferente. Novamente utilizando sua posição relativa de conforto como autodidata em meio a acadêmicos de prestígio, o naturalista negociou os parâmetros de sua produção natural justificando-a a partir das necessidades da realidade local. Como afirmou, “se essa ilustre Academia achar que esse modo que procurei de estampar não é o mais próprio ou julgar fora de regra” comprometeu-se em corrigir “o erro em outra averiguação”. Vejamos como justifica suas adaptações,

E quanto às estampas que remeto, sei que essa academia poderá notar o não serem estampadas as ervas e arbustos proporcionalmente no seu todo e raiz, o que não pus em prática tanto por que o tempo não me sobrava, como por me parecer que semelhante sistema somente sem ser acompanhado da estampa do verdadeiro tamanho, feitio e cor da folha, não é o mais próprio, porque ainda que um perito *ervolário*, por estampas reduzidas a pequeno ponto, não poderá procurar de modo algum o que se lhes pedir, quanto mais os que disso não tiverem inteligência.<sup>14</sup>

Importante característica das estampas de ervas de Muniz Barreto diz respeito ao emprego de um método destoante do usualmente praticado na Academia Real de Ciências de Lisboa. Nos protocolos da ilustração científica, uma espécie deveria ser representada em seu todo proporcionalmente de modo a ilustrar todas as partes de um mesmo organismo. Para o Capitão, a confecção das estampas a partir de uma escala proporcional era possível, desde que fosse acompanhada de uma estampa que oferecesse ao observador as reais dimensões do vegetal e suas estruturas. Assim, Muniz Barreto priorizava a estamparia das folhas das plantas encontradas, desenhando-as em seu tamanho “real”.

A argumentação do naturalista sobre a técnica das estampas em dimensões e traços reais assumiu uma dimensão prática, pois para ele, tanto o uso de termos populares para a classificação das ervas, quanto o seu registro em tamanho, formas e cores fiéis ao próprio vegetal facilitaria o acesso ao fazer da ciência, uma vez que os amadores ou os particulares na Capitania, poderiam contribuir com o avanço desse campo de conhecimento.

Curioso observar que nessa mesma época, o Juiz de Fora da Vila de Cachoeira, funcionário naturalista egresso da Universidade de Coimbra, em carta ao próprio Dom Rodrigo de Sousa Coutinho – Ministro da Secretaria de Marinha e Domínios Ultramarinos,

---

<sup>14</sup> Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 15.



também defendeu a produção das estampas de modo “fiel” às plantas. Segundo ele, esse seria o modo de se obter “uma perfeita coleção botânica”. Em suas palavras,

Se parecer alentado a V. Ex.a, que além de irem vivas plantas, ainda acompanhar uma fiel estampa, iluminada com as próprias cores, estando exatamente as suas florescências, com a descrição botânica à margem, uso e virtudes das mesmas para se conhecer a diferença relativa ao clima que muito influencia na vegetação.<sup>15</sup>

Mesmo forçando uma brecha metodológica que possibilitasse um uso prático e uma melhor interação da botânica com os “amadores”, Muniz Barreto não deixava de reconhecer a importância do sistema proporcional. Em sua argumentação está presente uma conciliação metodológica de defesa dos dois sistemas. Em outra memória elaborada para refletir acerca das regras das estampas botânicas, defendeu a utilidade de seu “sistema” de representação parcial das estampas pois ele possibilitava “ainda que sem inteligência” procurar “nos campos o que se precisar”. Mas nem por isso, afirma ele, o naturalista deveria “deixar de estampar no todo os mesmos vegetais, demonstrando o seu caule, ou tronco, a sua configuração, etc”. (MUNIZ BARRETO, 2008: 99).

A aplicação de suas estampas como guias de coleta puderam ser atestadas por Muniz Barreto em sua memória direcionada à Academia e deve ser visto como um instrumento de mediação de saberes sobre o meio natural. Como narra aos acadêmicos de Lisboa, após desenhar, o naturalista baiano “para melhor se persuadir do que afirmavam” os índios sobre as características das “ervas medicinais”, mandou “por diferentes vezes dois índios, que nenhuma inteligência tinham desta matéria, procurar, de mistura entre outras ervas, aquelas” que lhes parecia, para as quais “dava as estampas e, com efeito, conseguia que por elas” lhes “trouxessem o mesmo que lhe pedia”.<sup>16</sup>

Para arrematar sua justificativa de flexibilização metodológica, reforça seu principal objetivo com o seu sistema de representação em tamanho real das plantas estudadas: “e eis

---

<sup>15</sup> Carta de Joaquim Amorim Castro para Dom Rodrigo de 02 de Julho de 1796. *Biblioteca Nacional de Lisboa. MSS, 258, n° 74.*

<sup>16</sup> Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 10. Para uma discussão mais aprofundada dessa interessante interseção de conhecimentos europeus e americanos Cf. (SAFIER, 2010) e (CANIZARES-ESGUERRA, 2006).



aqui a melhor serventia que têm as estampas com o verdadeiro tamanho, cor e feitiço da folha de que tratam”.<sup>17</sup>

Personagem ainda pouco estudado e com grande singularidade no campo da Filosofia Natural luso-baiana, Domingos Alves Branco Muniz Barreto ainda carece de investigações mais aprofundadas pela historiografia das ciências coloniais, sobretudo pelo modo como articulou os saberes indígenas e acadêmicos com uma percepção prática notável. Mas isso é tarefa para outro momento.

## Referências

BOSCHI, Caio César. *Achegas à historia de Minas Gerais: séc. XVIII*. Porto, Portugal: Universidade Portucalense, 1994. 93p (Série estudos e documentos).

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Évora: Universidade de Évora, 2000.

CANIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Nature, empire, and nation : explorations of the history of science in the Iberian world*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

CHAMBERS, David Wade; GILLESPIE, Richard. “Locality in the History of Science: Colonial Science, Technoscience, and Indigenous Knowledge”. In: *Osiris*, History of Science Society, 2001.

DELERUE, Maria Luísa. *Domingos A. B. Muniz Barreto: Baía, 1748, Rio de Janeiro 1831; entre o reformismo lusitano e a independência do Brasil*. Porto: Universidade Portucalense, 1998. 2 v. (Tese de mestrado policopiada).

---

<sup>17</sup> Relação que contém... *Manuscritos da BN, I-12,3,13*, p. 10.



DRAYTON, Richard. *Nature's Government: Science, Imperial Britain, and the 'Improvement' of the World*. New Haven: Yale University Press, 2000.

GASCOIGNE, John. *Science in the Service of Empire*. Joseph Banks, the British State and the Uses of Science in the Age of Revolution. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

FARIAS, Poliana Cordeiro de. *Domingos Alves Branco Muniz Barreto: ciência, economia e poder na Bahia (1788-1800)*. Salvador, 2010. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. Universidade Federal da Bahia / Universidade Estadual de Feira de Santana.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

MOTT, Luiz. *Bahia: inquisição e sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2010.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *Plano para Civilização dos Índios no Brasil*. In: RIHGB. Rio de Janeiro: s/d.

MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. *O feliz clima do Brasil de Domingos Alves Branco Muniz Barreto (1793)*. Rio de Janeiro: Dantes, 2008.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma Sinfonia para o Novo Mundo – a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, Departamento de História, 1998.

PEREIRA, Rodrigo Osório. *Império Botânico: as políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica colonial (1768-1808)*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império*. Relatos de Viagem e Transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

SAFIER, Neil. *Global Knowledge on the Move: Itineraries, Amerindian Narratives, and Deep Histories of Science*. Isis, Vol. 101, No. 1 (March 2010), pp. 133-145.